

## Programa Analítico de Disciplina

### DIR 622 - Processo e Processualidade como locus para o exercício da democracia, da cidadania e como ferramenta de controle das decisões estatais no Estado de Direito Democrático

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2026

Número de créditos: 3  
Carga horária semestral: 45h  
Carga horária semanal teórica: 3h  
Carga horária semanal prática: 0h

Semestres: I e II

#### Ementa

Poder e funções do Estado no Estado Democrático de Direito  
Modelos de Estado Ativo e de Estado Reativo  
Sistemas processuais  
Modelo constitucional de processo como metodologia de garantia de direitos fundamentais  
Acesso à Justiça em conformidade com o Modelo Constitucional de Processo  
Processualidade democrática como metodologia de construção e controle de políticas públicas

#### Conteúdo

Unidade	T	P	To
<p><b>1. Poder e funções do Estado no Estado Democrático de Direito</b></p> <p>1. Rediscutindo os conceitos de Poder e de Estado Democrático de Direito Compreendendo as funções estatais sob o marco do Estado Democrático de Direito</p> <p>A função jurisdicional no Estado Democrático de Direito</p>	6h	0h	6h
<p><b>2. Modelos de Estado Ativo e de Estado Reativo</b></p> <p>1. Compreendendo os conceitos de Estado Ativo e de Estado Reativo: uma nova metodologia de análise comparada no campo da Teoria do Estado e do Direito Processual</p>	6h	0h	6h
<p><b>3. Sistemas processuais</b></p> <p>1. Fundamentos teóricos para o estabelecimento dos sistemas processuais Sistema inquisitivo de processo</p> <p>Inquisitoriedade clássica</p> <p>Neoinquisitoriedade</p>	9h	0h	9h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

Sistema acusatório de processo			
Acusatoriedade clássica			
Nova acusatoriedade ou acusatoriedade enquanto adversariedade			
<b>4. Modelo constitucional de processo como metodologia de garantia de direitos fundamentais</b> 1. Fundamentos e elementos do modelo constitucional de processo O processo enquanto metodologia de garantia de direitos fundamentais  A construção da decisão estatal processualizada sob o modelo constitucional de processo	9h	0h	9h
<b>5. Acesso à Justiça em conformidade com o Modelo Constitucional de Processo</b> 1. As ondas de acesso à Justiça de Mauro Cappelletti a partir do Projeto Firenze Ressemantizando do conceito de acesso à Justiça: para além da confusão entre justiça e jurisdição, justiça e judicatura e justiça e decisão concreta.  Métodos alternativos de acesso à Justiça enquanto políticas públicas estatais	9h	0h	9h
<b>6. Processualidade democrática como metodologia de construção e controle de políticas públicas</b> 1. Aplicando os conceitos de processo constitucional ao procedimento de elaboração de políticas públicas Processualidade democrática como técnica e método de controle, fiscalização e validação de políticas públicas	6h	0h	6h
<b>Total</b>	<b>45h</b>	<b>0h</b>	<b>45h</b>

Teórica (T); Prática (P); Total (To);

# DIR 622 - Processo e Processualidade como locus para o exercício da democracia, da cidadania e como ferramenta de controle das decisões estatais no Estado de Direito Democrático

Bibliografias básicas	
Descrição	Exemplares
BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.	1
GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.	1
MULLER, Friendrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann, revisão de Paulo Bonavides. São Paulo: Max Limonad, 2003.	1
POSTIGO, Leonel Gonzalés (org). Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual no Brasil. Santiago: CEJA-JSCA, 2017.	1
Direito constitucional e a teoria da constituição - 5. ed. / c2017 - ( Livros ) DEL NEGRI, André. Direito constitucional e a teoria da constituição. 5. ed. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2017.	2
DEL NEGRI, André. Discretariedade e autoritarismo: o que fica oculto na decisão que impede o direito de informação? Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2019	1
DEL NEGRI, André. Segredo de estado no Brasil. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2016.	1

Bibliografias complementares	
Descrição	Exemplares
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.	0
ANDOLINA, Ítalo; VIGNERA, Giuseppe. Il modello costituzionale de processo civile italiano: corso di lezioni. Torino: Giappichelli, 1990.	0
GALUPPO, Marcelo Campos (org.). O Brasil que queremos: reflexões sobre o Estado democrático de direito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.	0
CATTINI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito Processual Constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.	0
DAMASKA, Mirjan R. Las caras de la justicia y el poder del Estado: análisis comparado del proceso legal. Tradução de Andrea Morales Vidal. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2000.	0
FAZZALARI, Elio. Instituições de Direito Processual. Tradução de Eliane Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.	0
ILETTI, Marco Nicola. Un vestito per Cenerentola. L'identità del diritto processuale penale all'alba della Repubblica. In: In: NEGRI, Daniele; PIFFERI, Michele (org.). Diritti individuali e processo penale nell'Italia Repubblicana: materiali dall'incontro di studio Ferrara, 12-13 novembre 2010. Milão: Giuffrè, 2010, p.363-393.	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

NEGRI, André Luis del. Processo constitucional e decisão interna corporis. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	0
NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático. 1. ed. 4. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.	0
SILVA, Fernando Laércio Alves da. Processo Constitucional: o processo como locus devido para o exercício da democracia. Revista Jurídica Luso Brasileira. v.1, n. 6, p.365 - 404, 2015.	0
STRECK, Lênio Luiz, Jurisdição constitucional e decisão jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

# Syllabus

## DIR 622 - Process and Procedurality as a locus for the exercise of democracy, citizenship and as a tool for controlling state decisions in the Democratic Rule of Law

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catalog: 2026

Number of credits: 3

Total hours: 45h

Weekly workload - Theoretical: 3h

Weekly workload - Practical: 0h

Period: I e II

### Content

Power and functions of the State in the Democratic Rule of Law

Active State and Reactive State Models

Procedural systems

Constitutional process model as a methodology for guaranteeing fundamental rights

Access to Justice in accordance with the Constitutional Process Model

Democratic procedurality as a methodology for constructing and controlling public policies

### Course program

Unit	T	P	To
<p><b>1. Power and functions of the State in the Democratic Rule of Law</b></p> <p>1. Re-discussing the concepts of Power and the Democratic Rule of Law Understanding state functions under the framework of the Democratic Rule of Law  The jurisdictional function in the Democratic State of Law</p>	6h	0h	6h
<p><b>2. Active State and Reactive State Models</b></p> <p>1. Understanding the concepts of Active State and Reactive State: a new comparative analysis methodology in the field of State Theory and Procedural Law</p>	6h	0h	6h
<p><b>3. Procedural systems</b></p> <p>1. Theoretical foundations for establishing procedural systems</p>	9h	0h	9h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

Inquisitive process system			
Classical inquisitorship			
Neoinquisitorship			
Accusatory process system			
Classic accusation			
New accusation or accusation as adversarial			
<b>4. Constitutional process model as a methodology for guaranteeing fundamental rights</b> 1. Fundamentals and elements of the constitutional process model The process as a methodology for guaranteeing fundamental rights  The construction of the state decision proceduralized under the constitutional process model	9h	0h	9h
<b>5. Access to Justice in accordance with the Constitutional Process Model</b> 1. The waves of access to Justice by Mauro Cappelletti from the Firenze Project Resemanticizing the concept of access to Justice: beyond the confusion between justice and jurisdiction, justice and judicature and justice and concrete decision.  Alternative methods of access to Justice as state public policies	9h	0h	9h
<b>6. Democratic procedurality as a methodology for constructing and controlling public policies</b> 1. Applying the concepts of constitutional process to the procedure for developing public policies Democratic procedurality as a technique and method of control, inspection and validation of public policies	6h	0h	6h
<b>Total</b>	<b>45h</b>	<b>0h</b>	<b>45h</b>

Theoretical (T); Practical (P); Total (To);

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

## DIR 622 - Process and Procedurality as a locus for the exercise of democracy, citizenship and as a tool for controlling state decisions in the Democratic Rule of Law

Fundamental references	
Description	Copies
BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.	1
GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.	1
MULLER, Friendrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann, revisão de Paulo Bonavides. São Paulo: Max Limonad, 2003.	1
POSTIGO, Leonel Gonzalés (org). Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual no Brasil. Santiago: CEJA-JSCA, 2017.	1
Direito constitucional e a teoria da constituição - 5. ed. / c2017 - ( Livros ) DEL NEGRI, André. Direito constitucional e a teoria da constituição. 5. ed. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2017.	2
DEL NEGRI, André. Discretariedade e autoritarismo: o que fica oculto na decisão que impede o direito de informação? Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2019	1
DEL NEGRI, André. Segredo de estado no Brasil. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2016.	1

Complementary references	
Description	Copies
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.	0
ANDOLINA, Ítalo; VIGNERA, Giuseppe. Il modello costituzionale de processo civile italiano: corso di lezioni. Torino: Giappichelli, 1990.	0
GALUPPO, Marcelo Campos (org.). O Brasil que queremos: reflexões sobre o Estado democrático de direito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.	0
CATTINI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito Processual Constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.	0
DAMASKA, Mirjan R. Las caras de la justicia y el poder del Estado: análisis comparado del proceso legal. Tradução de Andrea Morales Vidal. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2000.	0
FAZZALARI, Elio. Instituições de Direito Processual. Tradução de Eliane Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.	0
ILETTI, Marco Nicola. Un vestito per Cenerentola. L'identità del diritto processuale penale all'alba della Repubblica. In: In: NEGRI, Daniele; PIFFERI, Michele (org.). Diritti individuali e processo penale nell'Italia Repubblicana: material dall'incontro di studio Ferrara, 12-13 novembre 2010. Milão: Giuffrè, 2010, p.363-393.	0
NEGRI, André Luis del. Processo constitucional e decisão interna corporis. Belo Horizonte:	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: MIOP.5LO4.OOQI

Fórum, 2011.	
NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático. 1. ed. 4. reimp. Curitiba: Juruá, 2012.	0
SILVA, Fernando Laércio Alves da. Processo Constitucional: o processo como locus devido para o exercício da democracia. Revista Jurídica Luso Brasileira. v.1, n. 6, p.365 - 404, 2015.	0
STRECK, Lênio Luiz, Jurisdição constitucional e decisão jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	0